



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 5 DE JULHO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Albertino Bragaça

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Roberto Lombá

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 30 minutos.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente auscultou os membros da comissão fundadora do Jardim Mina Anzu, para se inteirar melhor na petição enviada à 4.ª Comissão pelo Sr. José Neves da Silva.

Para além dos membros da referida comissão, fizeram uso da palavra os Srs. Deputados Carlos

Pinheiro (ADI), Roberto Lombá (ADI) e Hélder Paquete (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 10 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente** — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Alberto Pires Pinheiro

Cecílio Quaresma da G. do Sacramento

Hélder Paquete Lima

Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrático (MLSTP/PSD):

Adilander Costa de Matos

Jorge Amado

Manuel Marçal Lima

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino H. dos S. S. Bragança

O Sr. **Presidente** — Srs. Deputados, Srs. Convidados, muito bom dia.

Começamos na semana passada a auscultar o Sr. José das Neves, que na sua opinião, tendo sido autorizado a utilizar os terrenos nas traseiras do Jardim Mina Anzu, foi de repente atacado por um grupo de jovens que desmantelaram a sua produção, o ameaçaram de morte a si e a sua família, tentaram mesmo espancar a sua esposa e sobretudo esses jovens deram a entender que foram enviados por Sua Excelência o Sr. Ministro da Educação. Isso é gravíssimo, ouvimos as alegações do Sr. José Neves e vimos que era necessário chamar a Direcção do Jardim e da Escola 1.º de Junho, de modo a saber sobre a veracidade ou não dos factos. Foi por isso que chamamos os senhores no sentido de aclarar um pouco este problema, porque a ter acontecido como disse o Sr. José Neves, o caso é gravíssimo e implica que a Assembleia Nacional deve agir em consequência informando o Governo sobre as medidas a tomar. Daí que tenhamos chamados os senhores e gostaríamos de ouvir as vossas alegações.

Esta sessão está a ser gravada pelos serviços da Assembleia, gostaria que a usar da palavra pudessem previamente se identificar.

Tem a palavra a Sra. Joana Rodrigues Coelho.

A Sra. **Joana Rodrigues Coelho** (Membro da Comissão Fundadora do Jardim Mina Anzu): — Chamo-me Joana Rodrigues Coelho, sou um dos elementos da Comissão da Roça Mina Anzu, ex-gestora e Directora do Jardim Mina Anzu. Já estou reformada.

Os Sr. **Presidente** — Tem a palavra o Sr. Manuel Sebastião.

O Sr. **Manuel Sebastião** (Membro da Comissão Fundadora do Jardim Mina Anzu): — Chamo-me Manuel Sebastião, faço parte da Comissão que fundou o Jardim Mina Anzu.

O Sr. **Presidente** — Tem a palavra o Sr. Manuel Teles Neto.

O Sr. **Manuel Teles Neto** (Responsável da Comissão do Jardim Mina Anzu): — Chamo-me Manuel Teles Neto, sou responsável da Comissão do Jardim Mina Anzu.

O Sr. **Presidente** — Quando os senhores dizem Comissão do Jardim, o que é que isso quer dizer?

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — O Jardim Mina Anzu é formado por uma Comissão, em princípio foi quem presidia a Comissão era a falecida Camarada Alda Graça, após a morte dela passei a ocupar esse cargo junto com os outros colaboradores.

O Sr. **Presidente** — Os senhores são funcionários do Ministério da Educação?

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Não. Esse Jardim em princípio não pertencia o Ministério da Educação, é uma roça que o Estado privatizou e a camarada Alda Graça, junto aos comités de Madre de Deus formou uma comissão, pedindo ao Estado aquele espaço com a casa para fazer um jardim para as crianças.

O Sr. **Presidente** — Está explicado.

Tem a palavra o Sr. Hernane Costa.

O Sr. **Hernane Costa** (Membro da Comissão Fundadora do Jardim Mina Anzu): — Chamo-me Hernane Costa e sou membro da Comissão Fundadora do Jardim Mina Anzu.

O Sr. **Presidente** — Depois dessa apresentação e dei-vos a entender aquilo que foi mais ou menos aquilo que foram as declarações do Sr. José das Neves. Ele disse que tinha autorização da Comissão para explorar uns terrenos que estavam abandonados e ele com o seu trabalho tornou esse terreno numa coisa muito apetitosa que depois toda gente ficou com olhos em cima. Que ele sempre teve autorização da Comissão e durante um longo tempo trabalhou, recuperou o terreno, plantou bananeira, matabala, criou animais, quer dizer, ele tornou o terreno bastante proveitoso, mas depois apareceu um grupo de jovens dizendo que ele não é da Madre Deus, começaram a devastar todo o terreno, derrubaram as plantações, até ameaçaram-lhe de morte e disseram a ele que estavam ali em nome do Sr. Ministro da Educação. Por isso, chamamos a Comissão para que alguém da Comissão ou o responsável pudesse dar a sua versão dos factos, de modo a sabermos como orientar o problema.

Tem a palavra o Sr. Manuel Teles Neto.

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Muito obrigado. Começo por fazer um pequeno historial de como surgiu o Sr. Neves no Jardim Mina Anzu. O Sr. Neves apareceu no Jardim solicitando...

O Sr. **Presidente** — Isso foi em que altura mais ou menos.

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Uns meses antes do falecimento da Dona Alda Graça.

O Sr. **Presidente** — Dona Alda faleceu em 9 de Março de 2010.

A Sra. **Joana Rodrigues**: — Foi em 2009, salvo erro.

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Então, o Sr. Neves apareceu e disse-me que ele queria participar na exploração do Jardim Mina Anzu, se pudéssemos autorizá-lo para o efeito. Como tem uma Comissão, reunimos juntamente com ele e mais um guarda que lá havia, há muito tempo.

Não sabíamos que o Sr. Neves fazia parte de um grupo de jovens que assaltava o Jardim. Antes de o Sr. Neves lá ir havia um grupo que ia lá tirava jaca, safú, coco e tudo mais. E quando o Sr. Neves apareceu com uma posição muito diplomática aceitamos o senhor. O Sr. Neves foi com ideia de açambarcar o Jardim, tanto é que numas das actas da reunião que fizemos, acordada com o Sr. Neves, diz o seguinte: «Aos quinze dias do mês de Novembro do ano dois mil e onze, a Comissão do Jardim contestando a existência da violação do terreno do respectivo Jardim, reuniu-se para decidir a posição que se deve tomar, a fim de sanear esta situação originada pelo Sr. Neves, pessoa que tinha aparecido, falsamente de cara séria, propondo a sua participação em ajudar a respectiva Comissão.

Assim sendo, a Comissão reuniu e aceitou a proposta do citado senhor e fez-se um encontro para que o mesmo trabalhasse juntamente com o guarda do Jardim, de nome Eusébio, e que o produto produzido fosse partilhado em três partes, sendo; uma para o Jardim, outra para o Sr. Neves e a outra para o respectivo guarda.

A Comissão constatou que o respectivo senhor não vem cumprindo com esta decisão, apoderou-se do terreno forçosamente sem dar satisfação à Comissão e ainda por cima fez a construção da sua vivenda.

Neste contexto, a Comissão, constatando que o Sr. Neves está exagerando, apoderando-se do terreno, cortando tudo, oferecendo lenha para a escola 1.º Junho em vez de solicitar e dar o jardim que vive com imensas dificuldades, ainda cria uma situação difícil a esta instituição, disfrutando tudo quanto existe no terreno, desafiando o guarda com ameaças e, por soberbice, cometeu essa situação incrível, por ter dirigido uma carta à Reforma Fundiária, pedindo confidencialmente a cedência do respectivo terreno para si totalmente; fez a construção de uma casa, mentindo para o guarda e mais ainda quando os funcionários da Reforma Fundiária foram verificar o terreno, o Sr. Neves teve a ousadia de desrespeitar os membros da comissão da Reforma Fundiária, tratando-os por ladrões, inclusive tratando o Sr. Presidente Dr. Manuel Pinto da Costa de ladrão, isto confirmado por tais funcionários. Também a Comissão ficou admirada onde o Sr. Neves arranjou ou tem arranjado tanto material de madeira para construção.

Assim sendo, a Comissão reunida com os seus membros, nomeadamente os Srs. Hernani Neto, Adelaide, Joana Rodrigues, decidiram realizar um encontro extraordinário, antes do final do mês em curso

com os outros membros que se encontravam ausentes, respectivamente, Srs. Sebastião, Torcadina para haver uma conclusão.

Feito em 15 de Novembro de 2011».

Após isso, fizemos uma carta e enviámos ao Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento a contar a história toda e o Sr. Ministro baixou a carta para o Sr. Director da Reforma Fundiária e não sei como o Sr. Director deu seguimento à carta. Parece que o Director não chegou a dar ao Sr. Ministro resposta, porque normalmente na Administração, quando a coisa baixa para o director, ele prepara e manda outra vez para a fonte que solicitou.

Até a presente data ficamos sem resposta. O que é que sucedeu? Durante esses dias que têm passado, o Sr. Neves tem tido sempre contradição com as funcionárias do Jardim, inclusive a responsável, com ameaças de morte, que a roça não é do Estado. Depois de privatização esta roça pertenceu a Vigoso, depois é que a Dona Alda pediu para fazer o Jardim. Posteriormente, a Dona Alda reuniu connosco para ceder ao Ministério da Educação uma parte do terreno, para fazer a escola 1.º de Junho.

Como vimos que isso vinha facultar as crianças de Madre de Deus e arredores, aceitamos e o Ministério da Educação fez a escola primária e deixou uns metros para a escola.

Houve um professor da escola que sempre estava em contradição com o senhor. Confiamos no senhor, demos ao senhor o título de posse para mostrar àquele professor que o terreno é do Jardim e não da escola primária e que cedemos ao Ministério da Educação uma parte para fazer escola.

O Sr. Neves com esse título começou a exhibir, foi a várias instituições, foi à Reforma Fundiária para lhe passarem o título, particularmente sem que soubéssemos. Ele fez muito estrago que a Sra. Joana, como trabalhava diariamente, poderá acrescentar.

Depois de o senhor apoderar-se do terreno, disse que iria plantar, mas não plantou. Fez só, desculpa o termo, uma medida lá. A pimenta que o guarda plantou ele arrancou toda e deitou fora, cortou duas madeiras de moandim que existia lá. Até chamei-lhe atenção porque trabalhava nas Florestas, há uma lei florestal que não se pode cortar árvore sem pedir autorização. Como o senhor tinha outras intenções não ligou, cortou dois moandins, uma jaqueira, uma mangueira, coqueiro, um mucumbé, todos os cafezeiros, cacaueiros e várias palmeiras.

Antes do falecimento da Dona Alda, tínhamos combinado para fazer uma carta para o projecto de Mesquita para saber como ajudar o Jardim na plantação de cetrinos. Plantar laranjeira, mamoeiros e coisas mais para ajudar a escola, porque a escola vivia com imensas dificuldades.

Chegamos a fazer carta, mas o Director da Mesquita que fornecia essas plantas saiu.

As pessoas não pagavam a propina dos alunos, a escola tinha de comprar lenha, enquanto ele cortou madeira e vendeu lenha para escola ao lado, fazia azeite e vendia. Recordo-me que só uma vez ele levou cinco litros de azeite e a senhora não queria receber, porque ele vendia e mais tarde que foi dar a senhora cinco litros de azeite e a ela não aceitou. Assinei que recebi cinco litros de azeite e enviei para escola. Todo esse tempo só cinco litros de azeite.

Inventou aqui na carta que li...

O Sr. **Presidente**: — Disse que deu à escola 48 litros de azeite e 5 litros de azeite a si.

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Ele deu cinco litros de azeite que enviei para a escola.

O Sr. **Presidente**: — Ele deu à escola 48 litros.

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Ele não deu, a senhora pode justificar. Tudo isso que ele diz na carta é falso, nada sucedeu. Os 65 cocos, estive lá há mais de 10 anos, tudo isso é falso, a senhora depois pode complementar.

O Sr. **Presidente**: — E o grupo de jovens que invadiu e deu cabo da plantação dele, quem são?

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Há um jovem que vive na Chacará que era do grupo dele também. Então quando senhor tomou a roça, não fez nada na roça, disse que pôs a roça de pé, ele só explorava a roça para ele, o Jardim ficava com dificuldade até a senhora pode confirmar, uma vez tive que apoiar para trazer lenha da minha roça para a escola.

É pena esse senhor não estar presente, porque podíamos fazer essas acusações na presença dele como sucedeu antes de ontem. Os jovens foram queixá-lo no Ministério Público, porque o senhor mentiu para eles, ameaçou-lhes. Queria dar os jovens com machim e tudo mais.

Esses jovens são do grupo dele, isolou-os e veio como salvador para fazer isso. Então os jovens indignados com essa acção, ele como um dos elementos do grupo e os jovens que são de lá perto não estão a explorar, começaram também a plantar, não mexeram com ele, porque sabem que o terreno não é do Sr. Neves.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Joana Rodrigues.

A Sra. **Joana Rodrigues** (Membro da Comissão Fundadora do Jardim Mina Anzu): — Quando o Sr. José Neves diz que 48 litros de óleo de palma foram entregues, mais tarde soube que a responsável deu outro destino ao azeite, gostaria que ele estivesse presente. Digo aos Srs. Deputados que tenho medo desse senhor. Quando ele me mesmo na rua, ele range os dentes. Ele não gosta de mim, porque não concordo, nem concordarei com a atitude dele.

O senhor pediu para trabalhar, eu não quis, mas depois de reunir a Comissão decidiram deixá-lo trabalhar, para a gente ver. Só notei que o senhor derrubou tudo que estava dentro do terreno para o seu benefício próprio. Eu comprei três sacos de carvão para o meu cunhado, dei-lhe dinheiro à espera que ele colhesse o dinheiro, reunisse a Comissão e fizesse conta do trabalho feito, isso não aconteceu.

Quando o senhor diz que plantou mil e tal pés de bananeira, eu não vi, pelo menos durante o tempo que lá estive. Só sai de lá há um ano, mas deixei de pisar aquele terreno, porque tenho medo do Sr. Neves, porque o senhor ameaçou-me de morte. Esse senhor é mau, tem espírito maligno. Volto a repetir, esse homem é mau. Gostaria que esse terreno passasse a ficar na posse do Ministério da Educação.

Já estou reformada, já não quero mais ouvir história desta roça, por favor ajudem-nos a encontrar uma solução para esse terreno, na mão Sr. José Neves, por amor de Deus!

O Sr. **Presidente**: — Estou a ver que a intervenção dos membros da Comissão e da ex-Directora a exposição foi suficientemente clara para os Srs. Deputados, pelo que registamos tudo, aliás está tudo gravado, iremos analisar tudo que foi dito e fazer o relatório à Mesa da Assembleia Nacional.

Queria agradecer a presença dos senhores e dizer-vos que essas palavras foram muito importantes, porque quando se está perante um caso como este, tem-se que ouvir as partes. E se ouvíssemos só o Sr. Neves que é o peticionário deste caso, ficaríamos com uma ideia completamente diferente, dada as palavras que ele escreveu nessa petição.

Assim, ouvimos o Sr. Neves, os senhores e iremos discutir entre nós, iremos discutir essas duas versões contraditórias que nos foram apresentadas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, é só para saber, quando a Comissão começou a ser confrontada com o problema do Sr. José Neves, recorreu ao Ministério da Educação para pedir apoio para a resolução do problema?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Joana Rodrigues.

A Sra. **Joana Rodrigues**: — Recorremos primeiramente ao Ministério da Agricultura, o Sr. Teles Neto já informou sobre a tal equipa da Reforma Fundiária. O Ministério da Educação, que estava à frente dessa questão, porque até tem o projecto para fazer uma escola. Era a Dona Isabel Viegas (Belinha), quando era Directora do Ensino Básico que dei a cópia desse título para construção da escola. E se não estou no erro, ela tirou alguns elementos para ir tirar a medida do espaço para construção da escola, os senhores foram confrontados com o Sr. José Neves que disse: «aí de quem meter os pés lá.»

Daqui, minha gente, quando a coisa está entregue ao Ministério da Educação, essa história de construção, fiquei à espera e a coisa ficou assim. Há 1 ano que saí, fui reformada, não sei o que se passou, nem sei o que está se passando, mas era com o ministro que saiu ultimamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Na verdade têm um título de posse que vos cede 11 000 m² e qualquer coisa, mas há uma particularidade naquilo. Cederam o título por um período de 20 anos, só por uma questão de curiosidade, os senhores procuraram em ir renovar o título.

A Sra. **Joana Rodrigues**: — A falecida Dona Alda tentou tratar disso. Porque é que isso chegou a esse ponto? Porque esse senhor também é um bocado culpado disso, desculpa dizer isso. Quando lhe deram a cópia do título para renovar, não sei qual foi a morosidade dele. Quando ele diz que a Comissão que deu o Sr. Neves a cópia, acho que deve ser o senhor que deixou a cópia chegar às mãos do Sr. Neves. Quem tinha a cópia para dar diligência para renovação do terreno é o Sr. Teles Neto e daqui não me respondo, porque não conheço a burocracia do terreno.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Teles Neto.

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Quando dei o Sr. Neves a cópia do título do terreno, foi numa reunião. Não sei se a Sra. Joana esteve nessa reunião, deu o Sr. Neves essa cópia junto ao homem da escola 1.º de Junho que queria também ocupar o terreno, para ele saber que o espaço pertence ao Jardim e cederam uma parte para se fazer escola e o resto é do Jardim.

O Sr. Neves tem uma fotocópia do título e não esperava que ele fosse exibir com ela para se apoderar do terreno. Porque o senhor foi particularmente à Reforma Fundiária para lhe passarem o título dizendo que dissemos que se ele quisesse o terreno que fosse lá tratar dos documentos. Isso é coisa de uma pessoa tola. Se não tem posse de uma coisa vai mandar tratar de documentos para ficar com o terreno. Para dizer que o Sr. Neves é licenciado em aldrabice.

Risos.

Sinceramente, nunca vi. Tenho essa cópia, há outra mais decente que pedimos a revalidação do título.

O Sr. **Presidente**: — Há uma passagem da intervenção do Sr. Neves aqui na audição que vou pedir ao Sr. Secretário da Comissão para ler.

O Sr. **Roberto Lomba** (ADI): — «A primeira questão é que eles me deram um título já fora de prazo, porque deram-me o título em Novembro e em Janeiro o título expirou. Quando isso aconteceu o Sr. Manuel Teles Neto mandou-me fazer uma carta à Reforma Fundiária para passar o terreno para o meu nome.

Depois, quando o Sr. Ministro cessante, Dr. Olinto Daio, soube que fiz a carta mandou a Dona Belinha, que está na DEJA (Direcção de Educação para Jovem e Adulto), ir para lá medir o terreno. Mediram toda a parte plana até atrás da minha casa, porque disseram-me que iriam construir mais escola e que a parte de trás da minha casa para o rio é que me vão passar o papel. Mas, como o Governo caiu, aquilo ficou assim e houve aquela invasão.

Tenho um título que eles me deram, mas fora do prazo, é deles».

O Sr. **Presidente**: — Ouviram a declaração. Sr. Teles Neto, o que diz em relação a essa declaração?

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Isso é pura mentira. Quando queria fazer o negócio para tomar o terreno nem sabíamos, quando foram os homens lá para o terreno é que essa senhora soube.

Como vou tomar terreno do Estado, uma instituição que pertence a um jardim para ajudar criança e dar um...nem tenho o que dizer, sinceramente.

O Sr. **Presidente**: — Ok.

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Tenho cópia da carta que fizemos a pedir para revalidar o título, mas só que...

A Sra. **Joana Rodrigues**: — Só tenho original.

O Sr. **Presidente**: — Ao fim ao cabo o título foi revalidado ou não foi?

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Nós pedimos e não revalidaram.

O Sr. **Presidente**: — Quando é que pediram?

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Pedimos em 3 de Agosto de 2012. Essa carta também não sei se a Assembleia precisa para aprofundar mais. É uma carta que fizemos para o ministro.

A Sra. **Joana Rodrigues**: —...por deficiência na gravação não nos foi possível transcrever parte desta intervenção...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Lombá.

O Sr. **Roberto Lomba** (ADI): — Sr. Neves vive lá?

A Sra. **Joana Rodrigues**: — O Sr. Neves não vivia lá. O que Sr. Neves fez? Ele fez uma casa tipo quitanda no fundo do terreno para viver. Quando o senhor começou a abrir o terreno fui alertar o Ministério da Agricultura. Tiraram uma equipa, fomos para lá, eu mais cinco pessoas, não me recordo mais os nomes das pessoas. Fomos lá alertar o Sr. Neves que o terreno não é do senhor, que ele está lá como trabalhador. Mesmo essa quitanda que o senhor fez é ilegal, mas já que é no fundo do terreno para o senhor manter lá, e que o terreno que o senhor está a abrir para não continuar a abrir, porque pertence ao Jardim. O que o Sr. Neves fez? O senhor antecipou. Construiu uma grande casa no local onde a equipa disse ao senhor para não construir e foi daí que o senhor começou a nos ameaçar.

Quando trabalhava lá o senhor nunca deixou-me pisar o terreno. Disse que se eu pisar o terreno eu saio de lá sem vida. Pelo amor de Deus minha gente, toda gente sabe! Crença de feitiçaria e tudo mais as

pessoas têm medo. Tenho o terreno do meu pai e não posso com ele, como vou entregar a minha vida para o terreno de Estado? Só tenho pena, porque esse Jardim foi aberto pela Dona Alda do Espírito Santo com uma Comissão e a senhora sempre deu a vida por esse Jardim e pelo terreno. Por favor minha gente, pensem bem nesse terreno!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Manuel Sebastião.

O Sr. **Manuel Sebastião**: — Só queria acrescentar que o Sr. Neves já tem esse espírito de malvadez para tomar o terreno. Estamos fartos de dizer-lhe na reunião que o terreno custou-nos, a Dona Alda com o núcleo de base do MLSTP/PSD de Madre de Deus, é que fundaram o Jardim. Andamos a pedir às empresas e às lojas para podermos construir o Jardim. Só tinha casas. Fazíamos baile, festa da Santíssima, estávamos lá dia e noite para arranjar dinheiro para sustentar o Jardim. Esse terreno não é do meu pai, mas temos amizade, estamos a conviver no bairro, queríamos ver a coisa para as nossas crianças. Não é só criança de Madre de Deus que vão utilizar o Jardim, mas sim de São Tomé e Príncipe.

O Sr. Neves foi para lá com a atitude dele, atitude agressiva. Já dissemos que o Sr. Neves fica a saber que o Jardim não tem dinheiro para lhe pagar como empregado, o que o senhor trabalha e conjuntamente com outras pessoas que lá estão é daí que sai o rendimento. O rendimento é dividido em três partes, uma para o Jardim, uma para o senhor e a outra para o guarda antigo que estava lá. O senhor entrou de um lado e saiu do outro, quando viramos as costas ele começou a fazer aquilo. Como a Dona Joana está lá perto, quando quiser fazer qualquer coisa não solicita a ela, o que ele fez foi uma cerca de Coreia do Sul e Coreia do Norte.

Risos.

Ele dividiu o terreno. A parte dele ninguém põe lá os pés, porque ele tem lá filhos, cães, lá é que ele governa, faz o que quer, porque ninguém pode aproximar para ver o mal que ele está a fazer lá.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Teles Neto.

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Depois dessa explanação, queria fazer os Srs. Deputados saberem que o Jardim não tem possibilidade de fazer qualquer gesto lá porque ele cercou, só ficamos com a casa.

Estivemos no Ministério Público, o doutor que analisou a questão disse o que podemos decidir e tudo mais. Aqueles rapazes estavam para ir abrir o cercado, nenhuma funcionária do Jardim pode pisar aquela roça. Estão com medo de machim, tiro, uma série de coisas. Essa história, 24 horas não acaba.

O Sr. **Presidente**: — Mas, a questão nunca foi colocada às autoridades, à Polícia? Nunca ninguém interveio lá?

O Sr. **Manuel Teles Neto**: — Primeiro, fizemos carta para o Ministro, para tomar a decisão e não obtivemos resposta.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, chegamos ao fim desta audição, agradecemos a vossa presença, vamos discutir agora entre nós os caminhos a seguir em relação a esse problema.

Volto a agradecer-vos e dizer-vos que somos pela justiça, pela ordem e que não vamos transigir perante, digamos, a vontade expressa de ninguém. Por isso, que as vossas palavras foram muito significativas e importantes para essa audição parlamentar.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 10 horas e 15 minutos.